## **DECISÃO DO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO**

**EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2023**

**(Processo Administrativo de Licitação nº 62/2023)**

**EDITAL VERSÃO RETIFICADO, em 28 de Dezembro de 2023**

**I – BREVE SINTASE FÁTICA**

Na data e hora designado para licitação referente ao processo em epígrafe, reuniram-se pregoeira, Equipe de Apoio, membros da comissão, licitantes e demais presente para sessão.

A licitação em comento é da modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do “tipo MENOR PREÇO POR LOTE, que nos termos do Edital tem por objeto:

1 - DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a Contratação de empresa especializada no ramo de tecnologia da informação para prestação de serviços para Locação mensal de Solução e Software na área de Educação; e Gestão Pública, de forma modular e integrada, com acesso simultâneo e sem limites de usuários em ambiente web, ainda, serviços complementares tais como implantação, treinamento de usuários e equipe, suporte técnico, customização, assistência técnica e manutenção corretiva e preventiva, a fim de atender as necessidades do Município de Bocaina do Sul e suas respectivas secretarias, a contratação se dará nos termos do edital, Termo de Referência, e demais anexos que compõe o presente edital.

1.2. A empresa Contratada deverá seguir e respeitar todos os termos e condições dispostas no Termo de Referência Anexo II, que passa a fazer parte integrante deste Edital e ainda do Contrato a ser firmado com o município.

1.3. O serviço contratado nos termos e condições do edital deverá ser executado junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças e ainda podendo ser em qualquer das outras secretarias do município, conforme indicado na Autorização de Fornecimento.

1.4. A empresa contratada deverá cumprir a todos os requisitos suscitados na Prova técnica, com todos os elementos itens e especificações constantes do descritivo do referido serviço, sendo que as despesas decorrentes da referida execução ficará a cargo exclusivo da Contratada.

1.5. A empresa deverá seguir a todos os requisitos disposto no Termos de Referencia, qual é parte integrante desse edital, e será parte integrante do Contrato a ser firmado oriundo do presente processo.

Foram regularmente **CREDENCIADAS** para o certame, as empresas:

1. BETHA SISTEMAS LTDA (CNPJ: 00.456.865-0001.67),
2. IPM SISTEMAS LTDA (CNPJ: 01.258.027/0001-41);

Ficando assim consignado em Ata:

Aos dezoito dias do mês de Janeiro de 2024, às nove horas, compareceu perante a Pregoeira e Equipe de Apoio as empresa: BETHA SISTEMAS LTDA (CNPJ: 00.456.865/0001-67) que credenciou Daniel Burigo (CPF n. 072.954.759-07) como seu representante neste certame e informou o e-mail: comercial@betha.com.br como meio apto a receber notificações da Pregoeira sobre os atos deste certame, IPM SISTEMAS LTDA (CNPJ: 01.258.027/0001-41) que credenciou Elvio Nertan Meurer (CPF n. 723.633.809-59) como seu representante neste certame e informou o e-mail: licitacoes@ipm.com.br como meio apto a receber notificações da Pregoeira sobre os atos deste certame. Todos os envelopes protocolados para participação do certame ainda lacrados foram rubricados pelos participantes e presentes no certame, assim como os mesmos rubricaram também todos os documentos relativos ao credenciamento dos licitantes. As empresas não apresentaram a documentação comprobatória como beneficiárias da Lei Complementar n. 123/2006, não estando essas contempladas com os benefícios da referida Norma Legal. Foi utilizado o dispositivo 8.12 do Edital para ambas as empresas participantes, que promoveram a juntada tempestivamente. **O representante da empresa Betha Sistemas Ltda, apontou que deveria a empresa IPM ter efetuado registro de decisão judicial em seu contrato social, e por esse motivo entendia que a alteração societária apresentada não seria a vigente.** A empresa IPM junto certidão inteiro teor, comprovando ser a consolidação apresentada a última e vigente. Não cabendo nessa fase analise ao mérito processual para tal alegação. Pregoeira e equipe de apoio promoveram sequência aos atos inerentes ao certame licitatório. As empresas participantes do certame cumpriram os requisitos necessários ao credenciamento sendo declaradas CREDENCIADAS, sendo essa a decisão da Pregoeira e Equipe de Apoio. As empresas participantes por seu representante legal, presentes ficam cientes da decisão ora exaurada nesse ato, de modo que se dará continuidade aos atos do certame. A presente ata foi encerrada e aceita com a assinatura dos presentes, passando-se à fase de julgamento das propostas, conforme ata específica. (grifo nosso)

Como visto, durante a fase de credenciamento, ambas as empresas fizeram uso do dispositivo 8.12 do Edital, afim de apresentar e/ou complementar documentação referente ao CREDENCIAMENTO, respeitando a isonomia no certame.

Ainda durante a fase de Credenciamento, “O Representante da empresa Betha Sistemas Ltda, apontou que deveria a empresa IPM ter efetuado registro de decisão judicial em seu contrato social, e por esse motivo entendia que a alteração societária apresentada não seria a vigente.” Ficando também consignado em Ata, conforme destaque acima.

Registra-se que nos termos do Edital, item 8.9, estabelece que na fase de credenciamento a empresa participante deverá apresentar a Certidão Simplificada, no intuito de atestar a vigência do instrumento de contrato social apresentados.

8.9. Em todas as hipóteses para fins de comprovação das alterações empresarias vigente, deverá à empresa licitante apresentar Copia da Certidão Simplificada emitida pelo órgão registrador ou instrumento compatível, atestando a vigência dos instrumentos apresentados.

Para isso, todas as empresas assim o fizeram.

Destaca-se, que o Edital infelizmente foi omisso, não tendo estabelecido prazo e/ou data máxima considerados para emissão dos documentos relativos ao CREDENCIAMENTO, como é o caso da Certidão Simplificando. Cabendo à pregoeira e Equipe de Apoio apenas buscar comprovação de que o Contrato Social apresentado, de fato seria o último registrado e vigente na data da sessão.

Atestou-se na ocasião, que no registro constante na certidão simplificada apresentada, era aquele constante no Contrato Social, ou seja ultima versão vigente.

De toda forma, visando celeridade processual, e por cautela, Pregoeira e Equipe de Apoio diligenciaram solicitando a empresa IPM Sistema, a possibilidade de apresentação de Certidão Simplificada ou Inteiro Teor, onde demonstrava que o Contrato Social apresentado de fato era a ultima versão naquela data, a fim de sanar os apontamentos procedidos pelo representante da empresa Betha Sistemas.

Por sua vez o representante da Empresa IPM Sistemas, apresentou a Certidão de Inteiro Teor, onde ficou reiterado a informação já comprovada anteriormente, tal seja que o Contrato Social apresentado se tratava da última alteração consolidada vigente.

Há de se destacar, que na hipótese de não estarem Pregoeira e Comissão convencidos da regularidade da certidão, poderiam suspender a sessão para apuração, não poderiam no entanto não credenciar a licitante, por inexistir essa previsão estipulada no instrumento convocatório.

Registra-se que a solicitação e apresentação da Certidão de Inteiro Teor, deu-se por mera liberdade da empresa IPM Sistema, não tendo obrigatoriedade editalício, ao passo que se esse não estivesse sido apresentado, não poderia a Pregoeira lhe inabilitar, por assim não ter fundamento legal.

Registra-se que a comprovação buscada, se deu apenas visando a celeridade processual, trazendo lisura e segurança jurídica para análise.

Ficando assim comprovado que a Certidão Simplificada apresentada pela empresa IPM Sistema, tratava-se da ultima versão vigente, estando assim ambas as empresas CREDENCIADAS PARA AS PROXIMAS FASES.

Pregoeira e Equipe de Apoio, em atendimento ao interesse público, promoveram sequência aos atos subsequente ao certame licitatório.

Ato continuo, ultrapassada a fase de credenciamento, e iniciada fase de julgamento das propostas, restou apurado que a Empresa Betha Sistemas deixou de apresentar Atestado de Capacidade Técnica referente ao Lotes 02, descumprindo assim com o disposto do item 10.2, alínea ”g” Edital.

Aos dezoito dias do mês de Janeiro de 2024, em sequência aos atos do certame, Pregoeira e equipe de apoio, procederam com à abertura do envelope de PROPOSTA das duas empresas credenciadas na fase oportuna. Pregoeira, Equipe de Apoio, e todos os presentes rubricaram todas as folhas extraídas dos interiores dos envelopes. A Pregoeira, com o auxílio da Equipe de Apoio, passou a verificar a regularidade das propostas conforme exigências do edital, assim como os demais presentes na sessão. A empresa Betha Sistemas, deixou de apresentar Atestado de Capacidade Técnica referente ao Lote 02, sendo desclassificada para esse lote. Assim sendo Pregoeiro e equipe de apoio classificam a empresa IPM Sistemas para ambos os lotes, estão a empresa Betha sistemas, classificada para o Lote 01 e desclassificada para o Lote 02. Foi procedido à ordenação da classificação das propostas, por meio do sistema informatizado, conforme anexo. Ato continuo dá-se início a fase de lances sucessivos com a empresa classificada, bem como negociação individual dos itens, conforme relatório em anexo à presente ata. Na sequência, foi declarada vencedora a empresa conforme julgamento e relatório em anexo. O representante da empresa Betha Sistemas, requer abertura de prazo para recurso, alegando que a proposta da empresa IPM Sistemas, fez constar anexo detalhamento com informações referente ao data center conforme tabela em anexo a proposta, dessa forma entende o representante da empresa Betha, que a proposta apresentada está em desacordo com o edital. Assim sendo, Pregoeira e Equipe de Apoio abrem prazo para recurso, tendo a empresa Betha Sistema o prazo limite da data de até 23/01/2024, para apresentação das suas razões, pregoeira enviará e publicará as razoes até a data de 24/01/2024, tendo a empresa IPM Sistemas o prazo de até 29/01/2024 para apresentação das contrarrazões, Pregoeira e Equipe de Apoio promoverão sua análise até a data de 31/01/2024, ficando desde já agendada a continuidade da sessão para a data de 01/02/2024, as 09h, estando dos os representante das empresas cientes e convocados para sessão. A presente ata foi encerrada às 12h e 26min, assinada pelos presentes.

De modo que a empresa BETHA SISTEMAS, restou inabilitada para o LOTE 02, estando a empresa IPM SISTEMAS habilitada para ambos os lotes, 01 e 02, por decisão da Pregoeira e Equipe de Apoio.

Deu-se inicio a ordenação das propostas, promovido a abertura dos lances verbais às empresas classificadas para cada lote, tendo a ordem de classificação das propostas e lances constantes em ata específica, já anexa aos autos, publicada e fornecida cópia aos representantes das empresas participantes.

A empresa IPM Sistemas Ltda fora declarada vencedora do certame para ambos os lotes.

Inconformado com a decisão, o representante da empresa Betha Sistemas, manifestou imediato interesse na interposição de recurso, nos exatos termos que constou em Ata:

O representante da empresa Betha Sistemas, requer abertura de prazo para recurso, alegando que a proposta da empresa IPM Sistemas, fez constar anexo detalhamento com informações referente ao data center conforme tabela em anexo a proposta, dessa forma entende o representante da empresa Betha, que a proposta apresentada está em desacordo com o edital.

Para isso, em respeito ao principio do contraditório e ampla defesa, abriu-se prazo para recursos e respectiva contrarrazão, cujos prazos e nova data, para continuidade do certame ficou consignada em ata, cuja qual foi transcrita acima, em sua integralidade.

O processo somente dar-se continuidade após a apreciação das razões recursais, em respeito aos princípios que regem a administração publica, seus interesses e transparência.

TEMPESTIVAMENTE a empresa BETHA SISTEMAS, apresentou as razões do seu recurso, assim como de igual forma TEMPESTIVAMENTE a empresa IPM SISTEMAS apresentou as contrarrazões, que serão objeto de analise, assim como o processo como um todo.

**II – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

Trata-se aqui de um processo de licitação na modalidade de Pregão Presencial, regido pela Lei 10.520, de 17 de Julho de 2002, Lei essa que institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

Não obstante a mesma Lei prevê em seu Art. 9º que:

Art. 9º  Aplicam-se subsidiariamente, para a modalidade de pregão, as normas da [Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm)

Ou seja, a Lei 10.520/2002 é bastante resumida, sendo assim o legislador a fim de preencher as lacunas existentes na Lei do Pregão, estabeleceu a subsidiariedade, dessa forma quando a Lei do Pregão for omissão em determinado aspecto, aplicam-se as regras e as normas elencadas na Lei 8.666, de 21 de Junho de 1993, a chamada Lei de Licitações.

Nesse intento, o pregoeiro, bem como sua equipe de apoio, além de atentar-se para o cumprimento dos requisitos previstos na Lei 10.520/2002, devem obediência também as regras impostas pela 8.666/1993.

Muito embora tenha já sido editada e já em vigor a Lei 14.133, de 1 de abril de 2021, denominada nova Lei de Licitações, a licitação sob análise é regida pela Lei 8666/1993 e Lei 10.520/2002 hipótese estabelecida na legislação vigente.

Sendo assim, os argumentos aqui aduzidos poderão ser fundamentados tanto na Lei 10.520/2002, quanto na Lei 8.666/1993.

**III – DAS RAZÕES DO RECURSO**

**A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA (CNPJ: 00.456.865-0001.67),** ora recorrente, apresentou as razões do seu recurso, aduzindo em suma que:

2. DO DIREITO

**a) Das irregularidades identificadas na documentação da**

**Licitante IPM Sistemas Ltda.**

O instrumento convocatório dispõe que “8.9. Em todas as hipóteses para fins de comprovação das alterações empresariais vigentes, deverá à empresa licitante apresentar Cópia da Certidão Simplificada emitida pelo órgão registrador ou instrumento compatível, atestando a vigência dos instrumentos apresentados.”

Assim, a empresa IPM Sistemas, vide documentos de credenciamento, apresentou sua Certidão Simplificada nos seguintes termos:



Compulsando o referido documento, nota-se que o mesmo foi emitido em 04 de outubro de 2023, perfazendo 106 (cento e seis) dias entre a data de sua emissão e a data aprazada para realização do credenciamento (18.01.2024).

Ocorre que, o instrumento convocatório estabelece que as certidões que não constarem data de validade expressa deverão ser consideradas válidas por 60 (sessenta) dias, tal máxima obviamente deve ser considerada para fins de validade da Certidão Simplificada.

11.7 – A certidão que não constar data de validade expressa será

considerada válida por 60 (sessenta) dias a contar de sua emissão.

Vale recordar que, foi oportunizado a ambas as partes o benefício concedido pelo item 8.12.:

8.12. Poderá a pregoeira a seu critério durante a fase de credenciamento e antes do inicio das fases subsequentes, conceder ao representante legal do licitante prazo de estimado 10 a 30 minutos (podendo ser prorrogado por uma vez pela pregoeira) para inserção e/ou complementação de documentos apresentado nessa fase (credenciamento). Sendo vedado inserção de documentos nos envelopes denominados Propostas e Documentos.

Ainda assim, a empresa IPM Sistemas Ltda não apresentou a respectiva Certidão Simplificada, o que fora apresentado, como bem consta na própria Ata de Reunião fora uma Certidão de Inteiro Teor.

Ora, diante da aceitabilidade dos documentos da IPM Sistemas nota-se que a mesma recebeu - ainda que indiretamente - tratamento diferenciado frente às demais Licitante, a uma porque a Certidão Simplificada em sua documentação persiste com a validade vencida, uma vez que ultrapassado o prazo de 60 (sessenta) dias estabelecido no item 11.7., e a duas porque o instrumento convocatório é cristalino ao determinar que a Certidão Simplificada é o único meio de comprovação das alterações empresariais vigentes, vide item 8.9., também referenciado acima.

O próprio Superior Tribunal de Justiça exige respeito à isonomia entre os licitantes, bem como ao cumprimento estrito das disposições editalícias. Vejamos:

“LICITAÇÃO. DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA. APRESENTAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO SEM AS EXIGÊNCIAS PREVISTAS NO EDITAL.

(...)

2. “A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada” (Lei n. 8.666/93, art. 41). In casu, a recorrente deixou de atender a requisito previsto no

edital, em clara ofensa ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório (art. 2º da Lei de Licitações)” (RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 15.190 - RS (2002/0099826-0) RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA).

É incontestável que o documento aceito para fins de comprovação das alterações empresariais vigentes é a Certidão Simplificada, sendo que o documento apresentado pela IPM Sistemas ultrapassa a vigência estabelecida no processo licitatório e quando oportunizada a juntada do documento, a empresa deliberadamente anexou documento divergente ao estabelecido. O fato é que a Certidão Simplificada não deve ser substituída pela Certidão de Inteiro Teor, em razão da previsão expressa do Edital ao delimitar a apresentação específica da Certidão Simplificada.

A ilegalidade não é suposta e tampouco abstrata! O princípio da Isonomia assegura igualdade entre os Licitantes, sendo dever da Administração Pública garantir que as Proponentes participem do ato convocatório em equidade de condições, sem favorecimento ou facilitação - e para isso -, estabelece no instrumento convocatório as exatas condições em que as Proponentes deverão participar.

Segundo afirma José dos Santos Carvalho Filho, licitação é:

“O procedimento administrativo vinculado por meio do qual os entes da Administração Pública e aqueles por ela controlados selecionam a melhor proposta entre as oferecidas pelos vários interessados, com dois objetivos – a celebração do contrato, ou a obtenção do melhor trabalho técnico, artístico ou científico” (in, Manual de Direito Administrativo, 17ª ed., Lumen Juris, Rio de Janeiro, pág. 210).

O fato de o procedimento licitatório representar um procedimento vinculado significa que o “procedimento” a ser utilizado no trâmite do processo licitatório é absolutamente legal, sem qualquer possibilidade de ingerência de motivações de conveniência e oportunidade do Administrador Público.

O objeto a ser licitado até está sujeito a parâmetros de conveniência e oportunidade, todavia o “procedimento administrativo licitatório” em si não!

Efetivamente, todas as suas fases e pormenores devem ser subsumidos a partir da lei, da constituição e dos princípios gerais do direito administrativo. Daí se infere que é plena a ingerência do Poder Judiciário na aferição do cumprimento da estrita legalidade no trâmite procedimental, principalmente quando, para além de mero tecnicismo legal, a ausência de observância da legalidade implica em ferimento de direitos subjetivos de Impetrante.

Ora, “A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos” (Art. 3º, Li 8.666/1993).

Partindo desse pressuposto, é fato que a Betha sente-se lesada diante do resultado emitido, pois conclui-se que para atingir o resultado final esperado as Proponentes poderiam “inovar”, ir além do permitido, anexar documentos não previstos, sem o aparato legal ou normativo, avesso aos regramentos do texto editalício. Reputa a injustiça e acima de tudo ilegal o resultado do certame, pois foram olvidados os princípio do devido processo legal, o princípio da isonomia e o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

E não se trata apenas de cumprir-se a lei e o edital, mas sim de garantir-se a isonomia entre os proponentes participantes.

Por todo o exposto, pugna a Recorrente pelo reconhecimento das irregularidades apontadas acima - forte em seus fundamentos -, a fim de que seja revista a decisão que desclassificou a Betha, e a nulidade do certame, uma vez que eivados de vícios insanáveis.

**b. Das ilegalidades da proposta da Proponente IPM Sistemas**

**Ltda.;**

No caso em comento, a Proposta apresentada pela IPM não reflete a realidade do detalhamento constante em seu anexo, além de constar item que fere diretamente o instrumento Editalício, se não bastasse tão somente tais vicissitudes, são contraditórias às declarações de anuência apresentadas.

Compulsando a documentação apresentada no ato convocatório, nota-se que num primeiro momento, a empresa apresenta adicionalmente ao valor global proposto, que de forma implícita possibilita a Ampliação de Recursos do Data Center - o que obviamente afetará os valores, disponibilizadas publicamente na data inicial de abertura, 30/03/2023, bem como ratificado na reabertura, datada de 16/05/2023, conforme recortes a seguir:



Mediante tais informações, segue grifo do próprio instrumento convocatório, vedando expressa e especificamente tal tipo de atuação e cobrança:

A responsabilidade pelo data center, assim como os custos inerentes ao referido serviços estão inseridos no valor da locação do sistema ou do serviço, não sendo devido a empresa contratada nenhum custo adicional ao município.

Ainda que, alegue-se que tais valores estão inclusos na mensalidade, tal narrativa não merece prosperar! Sabe-se que esta tabela representa a exata quantidade que supostamente estaria sendo contratada, ou seja, em caso de uso desta quantidade, o Município estará sujeito a cobrança para ampliação de recursos de data center.

Tão somente tal irregularidade esdrúxula deveria bastar para a desclassificação da Licitante, estaria a Licitante IPM apresentando valores adicionais de ampliação de data center, onde é nitidamente vedado conforme leia-se da disposição supra indicada. É sabido que um dos princípios básicos da atuação da Administração Pública é o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, que é corolário do Princípio da Legalidade e da Objetividade das Determinações Habilitatórias. Tal preceito impõe à Administração e ao licitante a observância das normas estabelecidas no Edital de forma objetiva e fiel, sempre velando pelo princípio da competitividade.

Isto posto, deve-se interpretar os preceitos do ato convocatório em conformidade com as leis e a Constituição. Afinal, os princípios e a lei existem para uma razão: serem obedecidos e cumpridos!

Antes de observar o Edital e condicionar-se a ele mediante participação, os licitantes devem verificar a sua legalidade, legitimidade e constitucionalidade, além de que ao participar, tacitamente anuem com o que ele preceitua e não deve-se tenta de qualquer alguma forma “burlar”, mediante inclusão de valores ou itens, não alocados naquele, com a remota intenção ou possibilidade de que passe despercebido pelo crivo da Administração Municipal - o que de fato, voluntária ou involuntariamente, acabou ocorrendo.

Afinal, em nenhum momento o Município apresentou um limite de valores para os recursos de data center, até onde é de conhecimento de todos, tais recursos não foram contemplados na pesquisa de preços que embasa este certame.

Logo, com base em que a IPM Sistemas apresentou tais valores?

Para tanto, alocamos o Edital como derradeiro instrumento normativo da licitação, pois regulamenta as condições específicas de um dado certame, afunilando a Constituição, as leis, e atos normativos outros infralegais.

Porém, não poderá contraditá-los. Afinal, o Edital, diríamos, antes da execução contratual, seria o derradeiro ato de substancialização da Constituição, Princípios e das Leis.

Neste sentido, Toshio Mukai1, discorre quanto ao tema:

“Se na licitação (como todas as ações da Administração Pública) há que se observar o princípio da legalidade, em termos estritos (os atos do procedimento são de natureza vinculativa à lei), também na elaboração do instrumento convocatório há que se observar tal princípio; e, se ele é assim, na sua feitura, vinculado à lei, é evidente que, como decorrência lógica, todo o procedimento licitatório está vinculado aos termos e cláusulas do instrumento convocatório que, por assim dizer, estabelecem ‘as regras do jogo’ (...)” (in, Direito Administrativo Sistematizado, São Paulo: Saraiva, 1999, pág. 244). (grifo nosso)

Destaca-se que, a Administração Pública em seu julgamento e avaliação não pode ir em desencontro ao que ela mesma determinou como condição no ato convocatório, se a Lei estabelece o dever de vinculação ao instrumento convocatório, é claro que as propostas, e as documentações fornecidas pelas Licitantes, devem obedecer às disposições impostas no procedimento. Dito isto, o referido princípio impõe à Administração não aceitar qualquer proposta que não se enquadre nas exigências do ato convocatório, desde que tais exigências tenham total relação ou nexo com o objeto da licitação, bem como com a lei e a Constituição. Esta é a essência do princípio, que claramente foi ceifado da sua pior forma, na proposta da empresa IPM Sistemas Ltda.

É de considerar que, se há discordância da Proponente IPM com relação a formulação dos preços desta municipalidade, deveria tê-lo questionado, ou até mesmo refutado no momento oportuno, em sede de Pedido de Esclarecimentos ou Impugnação Administrativa, - o que pode-se notar que não ocorreu, mas é inadmissível, que se permita a inclusão sorrateira de valores “adicionais” não previstos no texto editalício, obrigando à Administração Pública a assumir um custo que não lhe pertence.

É de se considerar que, tanto a Administração quanto os interessados estão vinculados às regras editalícias, como bem preceitua o art. 3º da Lei nº 8.666/93 que preconiza que a licitação será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Nas palavras de Hely Lopes Meirelles:

“O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus

termos tanto os licitantes como a administração que o expediu.

Assim, estabelecidas as regras do certame, tornam-se inalteráveis

para aquela licitação, durante todo o procedimento” (in, Direito Administrativo Brasileiro, 24ª ed., São Paulo: Malheiros, 1999. pág. 249).

Sabemos que o Edital desce às minúcias, não podendo ser abstrato a ponto de haver interpretações dúbias. Evidenciamos portanto que qualquer quebra do nexo de relação entre o Edital e suas exigências, neste caso especificamente quanto a proposta de preço (um dos documentos de maior relevância que deve ser fornecido para a participação - visto o impacto direto ao erário, planejamento e transparência da Entidade), ensejará a desvinculação ao ato convocatório. Logo, haverá quebra de referido princípio e da legalidade, reforçando mais ainda a tese da necessidade de reconsideração quanto ao ato de habilitação, consequentemente resultando na desclassificação da empresa atualmente considerada habilitada, IPM Sistemas.

O artigo 41, ainda dispõe que “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se encontra estritamente

vinculada”. É entendimento notório, quando se trata da matéria, e para tanto, colhe-se da jurisprudência do e. Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina:

“O princípio da vinculação ao instrumento convocatório veda a realização do procedimento em desconformidade com o estabelecido previamente no edital. Como lei interna da licitação, ao edital tudo se vincula. Nem os documentos de habilitação nem as propostas podem ser apresentados em desconformidade com o que foi solicitado no instrumento convocatório, nem o julgamento do certame pode realizar-se senão sob os critérios nele divulgados.” (AC n. 99.005517-5, de Chapecó. Des. Rel. Newton Trisotto).

Ademais, o princípio da vinculação ao edital é amplo, abrangendo vinculação às regras da Constituição, da Lei Geral da Licitação, das leis

específicas relativas ao objeto licitatório, enfim, da observância do devido procedimento licitatório. Para tanto, podemos também, mencionar o Artigo 48 da Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências:

Art. 48. Serão desclassificadas:

I - as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação; (grifo nosso)

A Administração e os licitantes devem verificar quanto ao cumprimento total ao instrumento convocatório e se a participação encontra-se dentro da constitucionalidade e previsão legal exigida. Além disso, o artigo só corrobora, que além da vinculação ao ato convocatório, existe a vinculação às leis e à Constituição Federal. Administração, licitantes, interessados e contratados, todos estão delimitados pelas condições presentes no instrumento convocatório, bem como dentro das normativas legais, destacando neste caso a Lei n. 8.666/93 e seus preceitos.

Defronte o acima, evidentemente, presenciamos aqui um único item que já é capaz de burlar todos os princípios assecuratórios do devido processo licitatório. A legalidade, razoabilidade, além do bom senso devem se fazer presentes neste momento, resultando na rogada desclassificação da IPM Sistemas Ltda., nos termos aqui requeridos.

Adiante, ao analisarmos o detalhamento da infraestrutura de datacenter constante na Proposta de Preços, que conforme citado no documento “configuração que será disponibilizada pela licitante caso se sagre vencedora do certame, bem como o seu detalhamento de preços, o qual já está incluso no valor da mensalidade proposto”:



Além disso, é de conhecimento notório que a empresa IPM costuma cobrar valores semelhantes de seus clientes, em formato mensal e não diluído no licenciamento do software. À título de exemplo, vejamos a Proposta de Preços apresentada pela IPM Sistemas no Pregão Presencial nº 07/2023 do Município de Vargem/SC:



Ora, subentende-se que a empresa diluiu estes valores nas mensalidades dos produtos, ou seja, está cobrando o Data Center e prevê o aumento da cobrança com custos adicionais para ampliação deste recurso, ou seja, já prevê o acréscimo do Data Center que primariamente nem cobrado deveria ser!

Não há clareza alguma no documento apresentado pela então empresa habilitada, os preços dispostos no documento deixam margem para diversas possibilidades e indagações, além de surpresas futuras, simplesmente não coadunam com o instrumento convocatório e os preceitos legais!

Destaca-se que, a norma determina a desclassificação da Empresa que apresentar proposta comercial contendo vicissitudes insanáveis e em

desconformidade com os preceitos editalícios, em linha com o artigo 43, inciso IV:

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

(...)

IV - verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e, conforme o caso, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis; (grifo nosso)

E ainda, repisamos:

Art. 48. Serão desclassificadas:

I - as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação; (grifo nosso)

Admitir proposta de preço manifestamente impreciso e confuso, com valores controversos, informações passíveis de interpretação é entendido como evidente desrespeito aos princípios que norteiam o processo licitatório, sendo cristalina portanto, a caracterização de vício insanável, visto que o grave erro prejudica o teor da oferta, o erário da entidade a igualdade entre os participante, o que se mostra danoso ao interesse público e aos princípios da isonomia e razoabilidade.

O egrégio Tribunal de Contas da União, em caso semelhante, se posicionou a respeito, consoante se verifica no Acórdão 2162/2021-TCU-Plenário, de relatoria do ministro do Ministro Raimundo Carreiro:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação, com pedido de medida cautelar, formulada por Coenco Saneamento Ltda., em razão de supostas irregularidades na Concorrência 2020.01.28.01

promovida pelo Município de Tejuçuoca (CE) , cujo objeto era a contratação de empresa para realizar as obras da terceira etapa do sistema de esgotamento sanitário na sede do município, no valor orçado de R$ 6.306.592,22, com recursos federais oriundos do Convênio 2297/2018 celebrado entre o município e a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) ;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em

Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 conhecer da representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, c/c o art. 235 e o art. 237, inciso VII, do Regimento Interno, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2 indeferir o pedido de medida cautelar;

9.3 alertar o Município de Tejuçuoca (CE) de que a reincidência nas irregularidades elencadas sujeitará os responsáveis às sanções previstas nas normas aplicáveis:

9.3.1 desclassificação de proposta de licitante face à existência de erros materiais ou omissões nas planilhas de custos e preços, sem a devida tentativa de correção da falha por meio de diligências, desde que não implique na inclusão de documentos novos e nem se altere o valor global proposto, em afronta ao art. 43, § 3º da Lei nº 8.666, de 1993; (...) (grifo nosso)

Por tudo que fora constatado, não restam dúvidas quanto à ilegalidade da Proposta apresentada pela IPM Sistemas Ltda, e que efetivamente não atende às exigências do edital. Desta feita, a decisão deve ser revista para reconhecer e declarar a IPM Sistemas Ltda desclassificada sumariamente, visto que da oferta constata-se cristalina divergência entre o que por ela foi apresentado e a soberana legislação vigente e o fiel cumprimento do instrumento convocatório.

É questão de direito e não de fato. Mais uma vez, não trata-se de algo que pode simplesmente ser “corrido” e dada a continuidade, não se vislumbra a possibilidade de convalidação de vícios que firam os princípios estruturantes da licitação. Não podemos taxá-los de sanáveis, tampouco caracterizar como um “mero formalismo”, o acréscimo de valores representa vício que viola frontalmente a todos os preceitos constitucionais e do ato convocatório. Além disso, uma simples diligência

não seria capaz de saná-lo, uma vez que a resolução do “problema” se daria com o envio de uma nova Proposta de Preços, o que não é permitido e nem deve admitir-se.

Qualquer atuação que favoreça um licitante em detrimento de outro deve ser corrigida pela própria Administração, onde neste caso, nada mais é do que a desclassificação mediante a forte argumentação, fatos e todo o discorrido no presente instrumento. Lembramos que, tão somente os servidores deste ato detém a responsabilidade o poder de autotutela para realizar tal atuação em tempo.

A prerrogativa da Administração Pública de desfazer seus atos decorrentes de vícios está disposta na Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal, in verbis:

“Súmula 473. A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.”

Portanto, é dever desta Administração Municipal desclassificar a IPM Sistemas Ltda, e acatar a presente peça recursal, uma vez que sua Proposta de Preços está em perfeito desalinho ao que consagrou o instrumento convocatório.

Logo, a desclassificação da Proponente IPM é, pois, medida que se impõe!

Requerendo ao Final:

Ante às irregularidades apontadas e ora fundamentadas, requer:

1. seja o presente recurso recebido, posto que cumpre as exigências formais quanto à sua interposição, com o seu regular processamento;
2. o seu conhecimento e, em seguida, provimento integral, para que a IPM Sistemas Ltda seja desclassificada do certame;
3. na remota hipótese de manutenção da decisão por parte do Sr. Pregoeiro, que seja o presente expediente remetido, para análise e manifestação da Autoridade Superior, nos exatos termos do artigo 56, § 1º, da lei nº 9784/99, subsidiariamente aplicável ao feito;
4. apenas por cautela, na hipótese de o Sr. Pregoeiro entender não ser Autoridade Competente para o recebimento e julgamento, requer se digne que Vossa Senhoria o encaminhe para a Autoridade Superior, dando o devido andamento ao feito, em especial homenagem à ampla defesa.

Recebido as razões do recurso, esse fora publicado e enviado à empresa IPM Sistemas para apresentação de Contrarrazões, conforme consignado em Ata.

**V – DAS CONTRARAZOES APRESENTADAS**

Por sua vez e empresa **IPM SISTEMAS LTDA (CNPJ: 01.258.027/0001-41),** apresentou suas contrarrazões, nos seguintes termos:

2. DAS INFUNDADAS RAZÕES RECURSAIS

Na sessão do pregão realizada na data de 18/01/2024, restaram credenciadas a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, ora recorrente e a empresa IPM SISTEMAS LTDA, a qual apresentou a melhor proposta, conforme reconhecido pela própria recorrente logo no inicia das insurgências recursais.

Inobstante o seu próprio reconhecimento de que a melhor proposta foi apresentada pela empresa IPM SISTEMAS LTDA a recorrente BETHA SISTEMAS LTDA, pontuou no início da sessão, irregularidades na documentação apresentada nos documentos de credenciamento, bem como, na sequência do certame, nos termos da Proposta apresentada pela empresa IPM SISTEMAS LTDA.

Quanto ao credenciamento, pontua de forma infundada, que a empresa IPM SISTEMAS LTDA, não cumpriu as exigências do item 8.9 do edital quanto a apresentação de CERTIDÃO SIMPLIFICADA emitida pela JUCESC.

Importante destacar sobre esse item da peça recursal de que, não se vislumbra na ATA intenções específicas de recurso sobre tal aspecto. Ou seja, nenhum apontamento ou insurgência específica a respeito da apresentação da Certidão Simplificada.

Se verifica na ata formalizada que no momento oportunizado para o representante da empresa BETHA SISTEMAS LTDA, manifestar suas intenções de recurso, fez tão somente a respeito das dúvidas com relação a proposta apresentada pela empresa IPM SISTEMAS LTDA. Adiante trecho da ATA a respeito:

‘O representante da empresa Betha Sistemas, requer a abertura de prazo para recurso, alegando que a proposta da empresa IPM SISTEMAS, fez contar anexo, detalhamento com informações ao datacenter, conforme tabela em anexo a proposta. Dessa forma entende o representante da empresa Betha, que a proposta apresentada está em desacordo com o edital. Assim sendo Pregoeira e equipe de apoio abrem prazo para recurso...” (grifamos).

Essa portanto, foi a única matéria de insurgência manifestada pelo representante da empresa BETHA SISTEMAS LTDA, na ocasião e momento próprio para exercer tal direito.

De acordo com o art. 4º, XVIII, da Lei nº 10.520/2002, repita-se, ainda em vigência quando do lançamento do pregão em apreço, a pretensão de recorrer deve ser manifestada de forma imediata e motivada ao final da sessão que declarou o vencedor do certame, sendo-lhe concedido o prazo de três dias para a apresentação das razões do recurso.

Na nova Lei Licitatória a regra, do mesmo modo, repete a necessidade de manifestação em momento único. Vejamos:

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I – recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

[…]

b) julgamento das propostas;

c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

[…]

§ 1º Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do inciso I do caput deste artigo, serão observadas as seguintes disposições:

I – a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no inciso I do caput deste artigo será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 desta Lei, da ata de julgamento;

Ademais, inobstante a publicação do ato convocatório ter sido com base na lei anterior, segue posicionamento do TCU a respeito da necessidade de apontamento prévio da matéria a ser discutida na via recursal, sob pena de preclusão.

ACÓRDÃO

Acórdão 2180/2023-Plenário

DATA DA SESSÃO 25/10/2023. RELATOR MARCOS BEMQUERER.ÁREA Licitação. TEMA Pregão. SUBTEMA Intenção de recurso. OUTROS INDEXADORES Princípio da motivação. TIPO DO PROCESSO REPRESENTAÇÃO. ENUNCIADO: No pregão, a apresentação de intenção de recurso genérica, sem descrever minimamente a irregularidade cometida pelo pregoeiro ou por empresa licitante, contraria o art. 44 do Decreto 10.024/2019. A exigência de motivação da intenção recursal pressupõe a indicação do ponto que deve ser revisto e dos dispositivos legais ou do edital infringidos.

Portanto, a insurgência ora formalizada no presente recurso a respeito da Certidão Simplificada não foi objeto de manifestação no momento próprio, que se caracteriza como sendo no final da sessão do pregão. Tal condição não foi observado pela recorrente BETHA SISTEMAS LTDA, nem com base na antiga lei cujo certame foi lançado em sua vigência e, nem de acordo com a nova Legislação Licitatória. Não merecendo por consequência, sequer o CONHECIMENTO da respectiva matéria como razão de recurso.

No entanto, caso não seja esse o r. entendimento dessa r. Comissão Licitatória, e seguir no conhecimento do presente recurso nesse item, a empresa IPM SISTEMAS LTDA, pugna sejam acolhidas as contrarrazões trazidas em referência ao referido item e matéria da peça recursal.

Nesse paço, em respeito ao interesse público e até mesmo para que não fique nenhum item ou argumento recursal sem a devida contrarrazão, segue em item específico da presente peça o contraponto e realidade do que apresentou a recorrente BETHA SISTEMAS LTDA em suas razões no presente recurso ora atacado.

No que diz respeito a proposta, do mesmo modo de forma infundada e em apertada síntese, sustenta sua insurgência alegando de que não teria atendido as exigências do artigo 48º da lei 8.666/93, tendo em vista que, fez constar de sua proposta valores que dizem respeito a estrutura dos serviços de datacenter. Tais valores, segundo a ora recorrente, BETHA SISTEMAS LTDA, não deveriam constar da proposta, posto indicarem valores já inclusos na mensalidade e ainda valores futuros.

3. DAS CONTRARRAZÕES PROPRIAMENTE DITAS

Não sendo demasiado repisar que, diante do contexto apresentado na sessão do pregão em tela e, no intuito da observância do princípio da legalidade e, principalmente a preservação do interesse público, a Sra. Pregoeira, conduziu a sessão de forma lídima e correta.

1. Das infundadas alegações quanto a irregularidade na documentação – Certidão Simplificada - da licitante IPM SISTEMAS LTDA

Também não se afigura excesso reafirmar de que a matéria tratada no presente item da peça que ora contrarrazoa o recurso interposto, já foi objeto de apontamento quanto ao seu não conhecimento e por conseguinte acolhimento, tendo em vista o caráter preclusivo consoante já destacado pela empresa IPM SISTEMAS LTDA, todavia, se formaliza, a contrarrazão de tal situação, em respeito não somente ao interesse público, mas também à essa r. Comissão que tão bem conduziu a sessão.

No que diz respeito as alegações de irregularidades quanto a certidão simplificada expedida pela JUCESC inerente aos registros da IPM SISTEMAS LTDA, importa, esclarecer que, sem configurar tratamento diferenciado algum a nenhum dos licitantes, contrário portanto, do que alega a recorrente, porém, no intuito da preservação do ato e, repita-se, do próprio interesse público, a sra. Pregoeira, efetuou análise lógica correta da situação. De modo correto a r. Pregoeira oportunizou o imediato exercício do contraditório pela empresa IPM SISTEMAS LTDA.

Assim, em observância a legalidade do ato e no intuito de manter a competitividade a fim de buscar uma melhor proposta e contratação para o objeto buscado no certame lançado, a Sra. Pregoeira e equipe de apoio, amparados no próprio item 8.12 do edital, buscaram solução imediata e totalmente permitida no momento da sessão, referente aos apontamentos da empresa BETHA SISTEMAS LTDA, no sentido de irregularidade acerca da Certidão Simplificada apresentada no credenciamento pela empresa IPM, SISTEMAS LTDA.

Assim, em observância aos próprios termos do item 8.12 do edital, possibilitou-se a juntada de Certidão de Inteiro Teor pela empresa IPM SISTEMAS LTDA, ainda durante a fase do credenciamento na sessão do pregão, a fim de suprir a certidão simplificada por documento compatível. Vejamos:

8.12. Poderá a pregoeira a seu critério durante a fase de credenciamento e antes do início das fases subsequentes, conceder ao representante legal do licitante prazo de estimado 10 a 30 minutos (podendo ser prorrogado por uma vez pela pregoeira) para inserção e/ou complementação de documentos apresentado nessa fase (credenciamento).

Contrário, portanto, do que afirmam as razões recursais, a r. Pregoeira e equipe de apoio, apenas agiram de acordo com o próprio edital. A Comissão foi clara ao confirmar de que a Certidão de Inteiro Teor apresentada pela empresa IPM SISTEMAS LTDA, só veio comprovar que o Contrato Social Consolidado representava o documento mais recente e com as alterações atualizadas constantes na respectiva consolidação.

Tais atitudes acabaram por suprimir qualquer dúvida a respeito da regularidade dos registros da empresa IPM SISTEMAS LTDA nos arquivos junto a JUCESC. A verificação da regularidade por intermédio da Certidão de Inteiro Teor, supriu todas as dúvidas referentes as exigências inerentes à Certidão Simplificada.

Ainda, contrário ao alegado em sede recursal, a r. Comissão Licitatória, seguiu regiamente as disposições do ato convocatório também no que dispõe o item 8.9 do edital. O respectivo item trata claramente sobre a possibilidade de suprir a apresentação da Certidão Simplificada por instrumento compatível. Vejamos:

8.9. Em todas as hipóteses para fins de comprovação das alterações empresariais vigente, deverá à empresa licitante apresentar Cópia da Certidão Simplificada emitida pelo órgão registrador ou instrumento compatível, atestando a vigência dos instrumentos apresentados.

Conforme se verifica na transcrição do item 8.9, essa segunda parte legitimou a apresentação da Certidão Simplificada por intermédio de instrumento compatível, no caso a apresentação da Certidão de Inteiro Teor apresentada pela IPM SISTEMAS LTDA.

Assim, o acostamento da Certidão de Inteiro Teor extraída da página da JUCESC, apresentada pela empresa IPM SISTEMAS LTDA ainda na fase de credenciamento do pregão, em complemento e resposta ao questionamento da recorrente BETHA SISTEMAS LTDA, bem como também da r. Comissão Licitatória, provocada para manifestar-se acerca da regularidade da certidão simplificada, caracterizou-se como instrumento compatível para comprovação da regularidade da empresa IPM no que diz respeito as suas alterações empresariais constantes nos registros da JUCESC.

Diante de tais procedimentos não se afigura demasiado afirmar que, após o questionamento da licitante ora recorrente BETHA SISTEMAS LTDA, tanto a r. Comissão Licitatória como a própria licitante IPM SISTEMAS LTDA, não fizeram mais do que, cumprir as definições do item 8.9 conforme previsto em sua segunda parte do próprio item 8.9 do ato convocatório. Em consonância ainda com o item 8.12 também do edital, cujo dispositivo legitimou integralmente os atos da r. Comissão, em busca dos esclarecimentos durante a própria sessão.

Acrescente-se ainda que, o objetivo do processo licitatório, de modo especial quanto ao pregão, em que o critério de julgamento é o MENOR PREÇO - é a busca da proposta mais vantajosa para a Administração, o que impõe à Administração Pública não apenas a busca pelo menor preço, mas também da certificação de que a contratação atenda ao interesse público.

Desse modo, contrário às razões recursais e, de acordo com as próprias conclusões da r. Pregoeira e equipe de apoio, conforme já destacado, os documentos apresentados pela empresa IPM SISTEMAS LTDA foram considerados suficientes para a comprovação dos requisitos que dizem respeito ao seu credenciamento exigidos no Edital.

1. Das infundadas alegações quanto a ilegalidades constantes na proposta da licitante IPM SISTEMAS LTDA

Do mesmo modo, com base na realidade fática, legal e documental corroboradas com as contrarrazões que segue, não merece acolhimento os argumentos no que diz respeito as inexistentes ilegalidades na Proposta apresentada pela IPM SISTEMAS LTDA.

Contrário do que alega a recorrente BETHA SISTEMAS LTDA, a proposta apresentada pela IPM SISTEMAS LTDA, cumpriu todos os termos do ato convocatório exigidos para sua apresentação. Não havendo, por consequência, nenhum ferimento que mereça o enquadramento para desclassificação com base no artigo 48º, inciso I da revogada lei 8.666/93.

Tendo em vista as infundadas insurgências a respeito, mister se faz esclarecer inicialmente e alertar essa r. Comissão de que, a r. recorrente BETHA SISTEMAS LTDA, tenta impor, desde a realização da sessão do Pregão, narrativa totalmente desvinculada da realidade e, totalmente contrária aos princípios da transparência, legalidade e moralidade.

Nesse paço, com base em razões de caráter frágil e insustentável sob o ponto de vista técnico-jurídico e administrativo, a recorrente BETHA SISTEMAS LTDA tenta descaracterizar a proposta apresentada IPM SISTEMAS LTDA. Alega em singela síntese que a proposta apresentada pela IPM SISTEMAS LTDA, não se encontrava nos termos do edital, posto que, constou item referente a custos de ampliação de Recursos do Data center que, segundo a recorrente BETHA SISTEMAS LTDA, não faziam parte do modelo de proposta do ato convocatório lançado.

Sob tal aspecto importa salientar que, contrário do que alega em suas razões, a proposta apresentada pela empresa IPM SISTEMAS LTDA, além de cumprir todas as exigências constantes do item 10.2 e alíneas e Anexo II do ato convocatório, traz valores de inerentes aos custos do datacenter.

Portanto, contrário das razões recursais, a proposta apresentada pela empresa IPM SISTEMAS LTDA, além de constar as informações exigidas conforme os anexos já referendados, informa ainda, em total respeito ao princípio de transparência e, por conseguintes valores a ser dispendido por essa r. administração, os custos e configuração atuais específicos dos serviços de datacenter para processamento e armazenamento dos dados da r. administração integrados no valor total da proposta apresentada.

Contrário ainda das razões do recurso, a informação de tais valores inerentes ao datacenter não representa acréscimo algum no valor da proposta apresentada pela empresa IPM SISTEMAS LTDA, posto que, consoante a própria recorrente reconhece, tais valores se encontram inseridos no valor da proposta.

De forma simples e objetiva o que a empresa IPM SISTEMAS LTDA faz, é informar/detalhar na proposta apresentada que os serviços de datacenter, inobstante integrarem o valor total da proposta, compõe os custos de tais valores de acordo com tais configurações, discriminados respectivamente para atendimento da administração com base na proposta apresentada. A empresa IPM SISTEMAS LTDA, traz portanto, transparência em seus preços praticados nos certames.

Importante ainda destacar a respeito dos custos do datacenter que, contrário da ora recorrente BETHA SISTEMAS LTDA, a empresa IPM SISTEMAS LTDA, possui total condição de informar os custos e configurações dos respectivos serviços, pelo fato de que é detentora de datacenter próprio. Portanto, exerce total controle de acesso e autonomia na gestão e custos dos dados processados e armazenados em seu datacenter.

Todavia, inobstante a clareza nessa lógica quanto a transparência nos preços praticados pela empresa IPM SISTEMAS LTDA, a recorrente BETHA SISTEMAS LTDA, tenta incansável e infundadamente desvirtuar a transparência praticada pela empresa IPM SISTEMAS LTDA na apresentação de suas propostas nos vários certames que participa.

Não ocorreu, portanto, nenhuma desvinculação dos termos do edital na proposta apresentada pela empresa IPM SISTEMAS LTDA. Não merecendo, por consequência, acolhimento das razões da recorrente BETHA SISTEMAS LTDA sob tal aspecto.

Inobstante o reconhecimento quanto ao direito recursal da ora Recorrente BETHA SISTEMAS LTDA, cumpre salientar que o presente recurso objetiva apenas tentar desconfigurar ato jurídico perfeito e acabado, o qual resultou não só pela observância aos preceitos legais, bem como pelo poder discricionário dessa r. administração em decidir legalmente pelo credenciamento e recebimento da proposta apresentada pela empresa IPM SISTEMAS LTDA.

Assim, contrariamente aos argumentos utilizados pela Recorrente BETHA SISTEMAS LTDA, a conclusão da Pregoeira quanto ao recebimento da proposta da empresa IPM SISTEMAS LTDA, decorre justamente devido a observância dessa r. administração ao princípio da vinculação ao ato convocatório.

Dessa forma, tem-se como rechaçadas as razões recursais da Recorrente BETHA SISTEMAS LTDA, vez que totalmente desprovidos de fundamentos fáticos e jurídicos capazes de sustentar tais razões apresentadas em sede recursal.

Requerente ao Final em suas contrarrazões:

4. DOS PEDIDOS

Por todo o exposto, haja vista as razões delineadas acima, requer a Recorrida:

1. Recebimento das presentes Contrarrazões, nos termos do artigo 165, § 4° da Lei 14.133/21;

b) Pugna-se finalmente, O NÃO PROVIMENTO INTEGRAL do recurso, A FIM DE QUE SEJA MANTIDA A DECISÃO QUE DECLAROU A LICITANTE IPM SISTEMAS LTDA, VENCEDORA DA ETAPA DE LANCES. Tendo em vista manutenção da decisão, seja o presente recurso, encaminhando-as ao julgamento da Autoridade Superior, nos termos do artigo 166, § único também da Lei 14.133/21.

c) Ao final, após confirmação da decisão da r. Pregoeira pela Autoridade Superior, pugna-se pela continuidade do processo licitatório.

Seguem Recurso e Contrarrazões para Pregoeira e Equipe de Apoio promoverem suas analise e emitirem sua decisão.

**V – DAS RAZÕES DE DECIDIR**

Primeiramente cabe ressaltar que em um procedimento licitatório não pode a pregoeira assim como sua equipe de apoio ao analisar e decidir, deixar de observar dentre outros o disposto no artigo 3º, da lei 8666/1993, a Lei de Licitações qual muito bem estabelece:

**Art. 3o  A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (grifo nosso)**

Obviamente, a administração busca também a contratação da proposta mais vantajosa, estando vincula as norma legais e principalmente observando a supremacia do interesse público.

É fato que como apontado pela empresa IPM Sistemas em suas contrarrazões, a empresa Betha Sistemas trouxe em suas razões recursais fatos novos, não apontados na sessão, tão pouco tendo sido motivação recursal no momento oportuno.

Não obstante Pregoeira e Equipe de Apoio, tem também como premissa o principio da Auto Tutela, qual disciplina que o Poder Publico pode rever os seus atos a qualquer tempo, e por esse motivo tais argumentos ora apresentados embora pudessem ser indeferidos de pronto serão apreciados.

E assim passa-se a análise do mérito e razões de decidi:

1. **DO REQUERIMENTO PARA REVISÃO DA DECISÃO QUE DESCLASSIFICOU A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA**

A Empresa Betha Sistemas Ltda em suas razões recursais, especificamente ao final da pagina 06, pugna:

Por todo o exposto, pugna a Recorrente pelo reconhecimento das irregularidades apontadas acima - forte em seus fundamentos -, **a fim de que seja revista a decisão que desclassificou a Betha,** e a nulidade do certame, uma vez que eivados de vícios insanáveis.

Ocorre que dentre os seus argumentos, essa não expõe de forma clara e objetiva os motivos pelos quais deva-se promover a revisão de sua decisão, não sendo possível à Pregoeira e Equipe de Apoio, identificar as razões do pedido, tornando-o PREJUDICADO.

Mesmo assim, Pregoeira e Equipe, revendo a motivação, cuja qual motivou a desclassificação da empresa Betha Sistemas Ltda, em relação ao Lote 02, tal seja a ausência da:

g) Apresentação de no mínimo 1 (um) atestado ou declaração de capacidade técnica, expedido por entidade pública ou privada, comprovando que a proponente implantou e/ou que mantém em funcionamento sistema de computação em nuvem, similar e compatível com o objeto desta licitação, pelo menos nas seguintes áreas de maior relevância:

Não vislumbram respaldo classificação da empresa Betha Sistemas em relação ao Lote 02, sendo oportuno no entanto, manter a desclassificação da Empresa Betha Sistemas em relação ao Lote 02.

1. **DOS ARGUMENTOS TRADIZOS PELA RECORRENTE BETHA SISTEMAS LTDA, QUANTO A IRREGULARIDADE DA DOCUMENTAÇÃO DA LICITANTE IPM SISTEMAS LTDA.**

Conforme vislumbra-se nas razões recursais apresentadas pela Empresa Betha Sistemas Ltda, essa requer que seja reconhecida a irregularidade da Documentação apresentada pela empresa IPM Sistemas Ltda, especificamente no tocante a apresentação da Certidão Simplificada.

Primeiramente, há de se esclarecer que no ato do certame o representante da empresa Betha Sistemas, limitou-se a aduzir que a Alteração Societária apresentada pela Empresa IPM Sistemas Ltda, não tratava-se da ultima versão válida.

Com isso, semeando dúvida à Pregoeira, Equipe de Apoio e demais presentes.

Por essa razão, considerando que o Edital no tópico 8.9, estabelece que na fase de credenciamento a empresa participante deverá apresentar a Certidão Simplificada, no intuito de atestar a vigência do instrumento de contrato social apresentados, conforme se observa:

8.9. Em todas as hipóteses para fins de comprovação das alterações empresarias vigente, deverá à empresa licitante apresentar Copia da Certidão Simplificada emitida pelo órgão registrador ou instrumento compatível, atestando a vigência dos instrumentos apresentados.

A de se esclarecer que o Edital infelizmente foi omisso, não tendo estabelecido prazo de vigência para emissão dos documentos que seriam aceito relativos ao CREDENCIAMENTO, dentre eles da Certidão Simplificando, cabendo a pregoeira e Equipe de Apoio apenas buscar comprovação de que o Contrato Social apresentado, de fato é o ultimo registrado e vigente na data da sessão.

Alias, o objeto da Certidão Simplificada, de fato é somente esse.

Nesse intento, muito embora tenha pregoeira aferido que o número de registro constante na certidão simplificada era aquele constante no Contrato Social, ou seja ultima versão vigente, porém visando celeridade processual, e por cautela, Pregoeira e Equipe de Apoio diligenciaram junto ao representante da Empresa IPM Sistema, suscitando a possibilidade de apresentação Certidão Simplificada emitida naquela data, a fim de comprovar de forma inconteste se de fato tratava-se aquela da ultima alteração consolidada vigente.

Por sua vez o representante da Empresa IPM Sistemas, apresentou a Certidão de Inteiro Teor[[1]](#footnote-1), onde ficou reiterado a informação já comprovada.

No ato do certame licitatório não fora apontado pelo representante da empresa Betha Sistemas, sua discordância quanto a aceitabilidade da Certidão com data posterior a 60 (sessenta) dias, ou então esse já teria sido sanado na própria sessão inclusive fazendo constar em ata.

No entanto, a de se esclarecer, que o item 11.7, apontado nos argumento da Recorrente Betha Sistemas, trata-se de prazo de validade relativos aos documentos inerentes a Habilitação.

**11 – DA HABILITAÇÃO**

**[...]**

11.7 – A certidão que não constar data de validade expressa será considerada válida por 60 (sessenta) dias a contar de sua emissão.

O credenciamento, alias é tratado no item “8”.

**8 – DO CREDENCIAMENTO**

Ou seja, não poderia Pregoeira e Equipe de Apoio proceder exigências diversas ou não estabelecida em Edital, em respeito a vinculação ao instrumento convocatório.

Ademais, na data aprazada para protocolo das contrarrazões, novamente a empresa IPM Sistemas Ltda, procedeu com o envio da Certidão Simplificada, assim como Certidão de Inteiro Teor, ambas emitidas posterior a data da abertura do certame, restando novamente comprovado inconteste que o Alteração Societária apresentada na fase de credenciamento trata-se da ultima atualização consolidada e vigente.

Esse de fato é o objeto da exigência da apresentação da referida certidão.

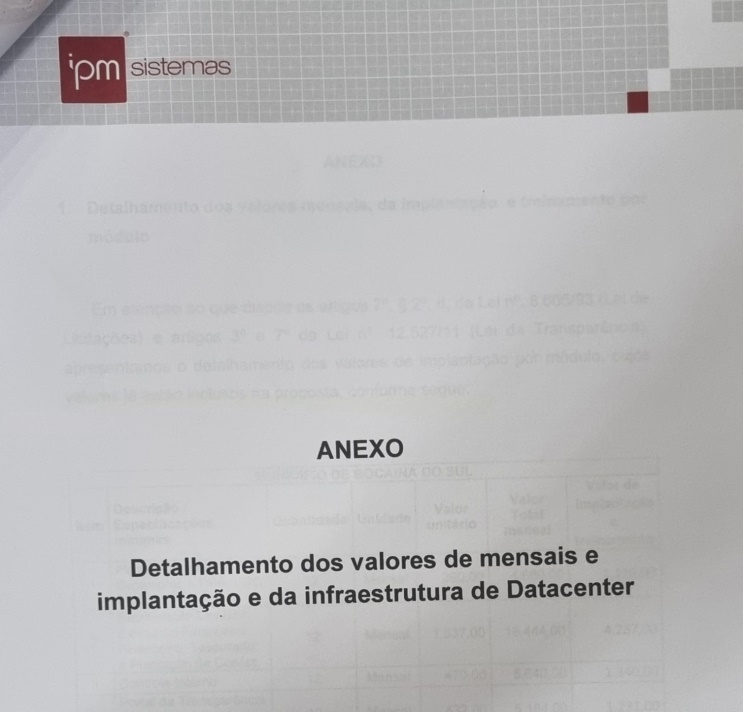
Restando assim inconteste a legalidade da documentação apresentada pela empresa IPM Sistemas Ltda, merecendo ser mantida a decisão da Pregoeira e Equipe de Apoio.

1. **DO PEDIDO DA EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA, PARA DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA DA PROPONENTE IPM SISTEMAS LTDA, POR ILEGALIDADE.**

Já na fase de proposta, conforme também consignado em Ata, o representante da empresa Betha Sistemas, manifestou interesse na proposição de recurso, por entender que a proposta da empresa IPM Sistemas fora apresentada de forma desconforme com as exigências editalícios.

Em suas razões recursais conforme ante transcrito, aduza a empresa Betha Sistemas que “a Proposta apresentada pela IPM não reflete a realidade do detalhamento constante em seu anexo, além de constar item que fere diretamente o instrumento Editalício.

Conforme verificado nos Autos, a empresa IPM Sistemas, inseriu em sua proposta Anexo, conforme abaixo copiado, qual motivou a discordância da empresa Recorrente, entendo que este estaria em desconforme com o edital.



Pagina 01 do Anexo

Nesse Anexo dentre outros detalhamentos de valores, a empresa IPM Sistemas, apresentou os custos como por exemplo do Data Center, se não vejamos:



Página 02 do Anexo

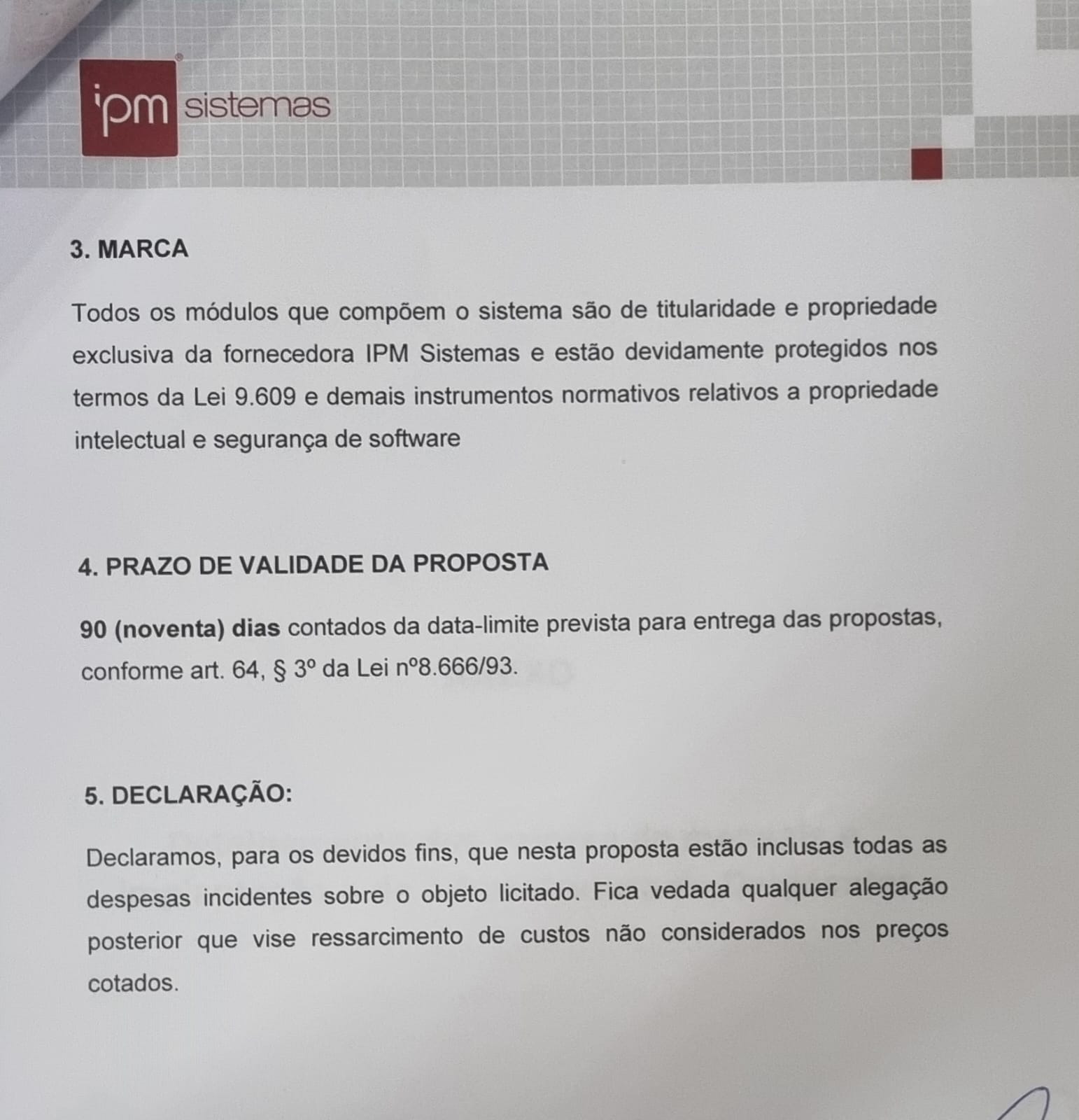
O que motivou a intenção de recurso da empresa Betha Sistemas.

A licitação traz claro que nos valores das propostas apresentados pela empresa licitantes, devem estar contidos todos os custos diretos e indiretos dos serviços não cabendo nenhum custo adicional daquele apresentado.

Inclusive disposto também na minuta do contrato, não cabendo discussão posterior de incremento por qualquer motivo ou modalidade:

3.14. Nos preços unitários propostos já estão computados, além do lucro, todas as despesas e custos diretos e indiretos, todas as taxas e impostos, seguros, leis sociais, tributos de qualquer natureza

Além disso, trouxe claro a empresa IPM Sistema já na referida proposta, ao constar:



Ou seja, resta claro que todos os custos constantes no detalhamento já estão inseridos na proposta apresentada, não sendo devido nenhum valor adicional.

Data máxima vênia ao entender da Pregoeira e dessa comissão, o pregão não faz exigência quando a apresentação de composição ou detalhamento de custos, como seria o caso de licitações obras por exemplo.

Não obstante, não se entende plausível, desclassificar uma empresa por ter apresentado a composição dos valores como anexo a sua proposta, ao passo que tal anexo não lhe resguarda direito a incremento de valor.

Mesmo porque inexiste essa disposição Legal, ou no instrumento convocatório.

Merecendo ser mantida a decisão da Pregoeira e Equipe de Apoio.

1. **DO PEDIDO PARA ANULAÇÃO DO CERTAME LICITATÓRIO**

A Empresa Betha Sistemas Ltda, Requer a Anulação do Certame licitatório, pelos motivos apontados na Razão Recursal.

A de se ressaltar que Pregoeira e Equipe de Apoio, não se limitam a análise das razões e contrarrazões apresentadas, mas sim promovem uma reanalise documental e de todas as fases processuais.

O presente certame, respeitou os preceitos editalícios, os princípios legais, e principalmente o contraditório e ampla defesa, garantindo aos participantes apresentação de recursos e contra razões, para que assim pudesses fundamentar suas razões.

Pregoeiro e equipe de apoio que exaram a presente decisão, é uma equipe que busca prestar os serviços ao município com honestidade e honradez.

Não deixam dentre outros de observar os dispositivos do instrumento convocatório (Edital), embasado nos termos do artigo 41 da Lei 8666/1993.

**Art. 41.  A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.**

Ocorre que o edital faz lei entre as partes, e deve ser cumprido, sob pena de incorrer em descumprimento também ao princípio da legalidade.

Ademais, a Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB/1988, em seu artigo 37, traz claro o dever à obediência e os principio que regem a administração Pública, dentre eles o da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório nas licitações, conforme segue:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência** e, também, ao seguinte:

É sabido, também que o fim maior do procedimento licitatório é selecionar a proposta mais vantajosa para a administração. Nesse sentido é o que dispõe artigo 3º, *caput*, da lei 8666/1993:

Art. 3o  A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a **seleção da proposta mais vantajosa** para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, **da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.** ” (grifo nosso)

Aos participantes foram oportunizados de igual forma a apresentação das suas razões e respectivas contrarrazões. Não tendo existido tratamento diferenciado, entre um ou outro, em nenhuma das fases do processo.

Desclassificar a proposta mais vantajosa, em motivação ou previsão expressa, ferre a supremacia do interesse público.

Assegura-se tratamento igualitário aos interessados que apresentem condições necessárias para contratar coma administração. A vitória de um deles dependerá de seus próprios méritos. A regra não exige que o benefício indevido seja derivado de uma intenção reprovável. Ou seja, não é necessário nem sequer a intenção de beneficiar um ou mais competidores (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contrato Administrativos. 15ª Ed. Editora Dielética, 2012).

No direito Público o que há de menos relevantes é a vontade do administrador, Seus desejos, suas ambições, seus programas, seus atos, não tem eficácia administrativa, nem validade jurídica, se não estiverem alicerçados no Direito e na Lei. Não é a chancela da autoridade que valida o ato e o torna respeitável e obrigatório. É a legalidade e pedra de toque de todo o ato administrativo (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 37ª Edição – São Paulo: Malheiros 2011)”

Ao passo que a anulação do certame licitatório, sem vícios, desrespeitaria o interesse público, não estando motivado.

Compreende-se que as normas legais não devem ser interpretadas isoladamente. Há que se atentar para a coerência sistemática, ainda mais ao se considerar que toda e qualquer norma deve ser interpretada à luz da Constituição Federal, ou seja, permeada pela incidência da radiação dos princípios Magnos.

O Município de Bocaina do Sul tem por tradição o fiel comprimento dos ditames editalícios. Aliás! Não deveria ser uma tradição apenas da presente municipalidade, uma vez que decorre de disposição expressa de lei, que embora não se materialize em regra - comportando certa margem de interpretativa - é princípio expresso, exarado no *caput,* do artigo 3°, da Lei 8.666/93.

É próprio de qualquer princípio jurídico, como já ventilado, comportar certa margem de interpretação. Todavia, isso não se traduz na existência de discricionariedade quanto a aplicação, ou não, do referido princípio.

Não credenciar uma empresa por apresentar certidão simplificada emitia a mais de 100 dias, onde o Edital não estabelecia prazo para tal, sendo exigida apenas para titulo de comprovação de validade do instrumento de contrato ou alteração societária. Ou ainda, ou desclassificar uma proposta por ter apresentado a composição dos seus valores, nos parece contraditório ao que rege os princípios legais.

Não está previsto em Edital.

A tal “margem de interpretativa” dos princípios não permite a Administração livremente escolher se aplica ou não determinado princípio. Apenas promove a compatibilidade entre os diversos princípios que permeiam o ordenamento jurídico, que se traduzem como verdadeiros mandamentos de otimização.

Contata-se, portanto, que a referida “margem” guarda estreita relação com uma interpretação sistemática da norma, nada tendo a ver com discricionaridade. Sendo assim, não é razoável aplicar norma ou disposição não prevista no edital, e na norma vigente.

Na lição de Hely Lopes de Meirelles:

Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza[[2]](#footnote-2)

Ou seja, Pregoeira e Equipe de Apoio mantem sua decisão, em cumprimento ao instrumento convocatório, demais normas vigentes, e seus próprios fundamentos ante colecionados.

**IV – DA DECISÃO**

Ante ao exposto, pelo respeito aos princípios legais e constitucionais, decide-se **conhecer do recurso interposto** pela empresa BETHA SISTEMAS LTDA, para **no mérito, negar-lhe provimento**, mantendo da decisão ora atacada EM SUA INTEGRALIDADE.

A presente decisão será enviada para os e-mails dos licitantes constantes nas atas do presente certamente, promovendo ainda Pregoeira e Equipe de Apoio continuidade do processo, para posterior homologação do certame.

É a decisão.

Bocaina do Sul, 30 de janeiro de 2024

**JULIANA CELESTINO FERREIRA**

**Pregoeira**

**SILMARA SAMARA DA SILVA CAMILA STEFANES OSELAME**

**Membro Membro**

1. A Certidão de Inteiro Teor constitui-se de cópia reprográfica, certificada, de ato arquivado (art.98 IN 81/2020 DREI). Pode ser solicitada apenas para recebimento de forma on-line, em formato PDF, certificada digitalmente. – Disponível: https://apps.jucesc.sc.gov.br/externo/servicos/inteiro.php [↑](#footnote-ref-1)
2. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 30. Ed. São Paulo: Malheiros, 2005. [↑](#footnote-ref-2)